

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

29 anos
de luta

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição fevereiro de 2024- Filiado a Força Sindical e USP

Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Vereador bolsonarista apresenta projeto inconstitucional e de prática antisindical em Patos de Minas



Os advogados Waldir Bolivar Pacheco e Ivan Gomes Caetano durante tribuna livre na Câmara

Diretores de sindicatos de trabalhadores de Patos de Minas estão indignados com a postura do vereador bolsonarista José Luiz Borges Júnior (PODEMOS). O parlamentar protocolou na Câmara Municipal projeto de lei obrigando as entidades sindicais a fornecerem formulário aos trabalhadores que desejam fazer oposição à cobrança da contribuição assistencial, quando da negociação da Convenção Coletiva de Trabalho. Demonstrando total desconhecimento das leis trabalhistas, o vereador, conhecido por ser um “lacrador” nas redes sociais, justifica no projeto de lei

que “depois que o atual governo trouxe de volta a extinta contribuição **obrigatória** é necessário facilitar meios de manifestação ao trabalhador que **não concorda** com essa **obrigação**”.

Não se sabe se por erro de informação, má fé, ou deficiência cognitiva, o nobre parlamentar se contradiz no próprio texto, quando se fala em **obrigação** e ao mesmo tempo em **não concordar**. Ora, se é uma obrigação, então não haveria, sequer, o direito de não concordar.

Já no governo do presidente Lula o assunto do imposto sindical foi discutido. No início de outubro de 2023, o projeto que impede sindicatos de exigirem pagamento da contribuição sindical sem a autorização do empregado foi um dos temas debatidos na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quando foi definida a não obrigatoriedade da contribuição.

O Projeto de Lei 5814, do vereador bolsonarista foi pautado para votação no último dia 22 de fevereiro no plenário da Câmara Municipal. Na ocasião, os sindicalistas e advogados, Ivan Gomes Caetano (Sindicato dos Bancários) e Waldir Bolivar Pacheco (sindicato dos empregados em restaurantes e similares) – baseados em trabalho feito pelo advogado Antonio Carlo Pezin à pedido do sindicato dos comerciários de Patos de Minas – ocuparam a tribuna da casa quando repudiaram o conteúdo do PL e argumentaram sobre a importância do trabalho realizado pelos sindicatos na vida dos trabalhadores e a ilegalidade do projeto apresentado pelo do vereador bolsonarista. “Existe uma confusão sobre a forma da cobrança da contribuição sindical. É preciso lembrar que, por lei, esse subsídio é definido pelos trabalhadores e não pelos sindicatos”, lembrou Waldir Pacheco. “É falácia argumentar que existe obrigatoriedade da contribuição sindical. Quem diz isso desconhece a lei”, salientou Ivan Caetano.

O vereador José Luiz Borges não se manifestou durante a presença dos sindicalistas na tribuna da casa. Mas, ao final da sessão, usou da palavra para ofender sindicatos e representantes, quando somente os vereadores tinham direito à fala e não havia nenhuma possibilidade de contestação por parte dos ofendidos. Durante a reunião parlamentar, 6 vereadores adiantaram voto contrário ao projeto de lei. Temeroso com a derrota, o vereador bolsonarista reteve o PL que deverá ser levado a plenário em reunião a ser definida.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário
SINDICALIZE-SE

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

SINDEC negociou PLR com diversas empresas de Patos de Minas



O sindac/Patos de Minas, através de sua diretoria, vem realizando diversas negociações relativas a PLR (Participação nos Lucros e Resultados), uma forma de remuneração variável em que parte dos lucros obtidos por uma empresa que é dividida entre os funcionários mediante cumprimento de metas pré-estabelecidas. No transcorrer do ano, o SINDEC conseguiu negociar o benefício com grandes empresas, algumas, inclusive, com matriz baseada em outros estados e no

exterior, privilegiando diversos trabalhadores do setor do comércio.

Além da oferta de salários competitivos empresas têm cada vez mais investido em benefícios com o objetivo de atrair e reter os melhores talentos do mercado. Isso é fundamental sobretudo em segmentos em expansão, que disputam mão de obra qualificada. A PLR é uma bonificação atrelada aos lucros obtidos pelo negócio e uma boa forma de estimular a produtividade condicionada ao alcance de determinados resultados e, que é oferecida aos funcionários por empresas de diversos países. A prerrogativa para negociar a PLR costuma ser definida pelas empresas através de metas como um todo. O negócio define o lucro que deseja alcançar em um período que costuma ser de um ano, e caso o valor seja atingido, um percentual dele é pago aos funcionários. É importante destacar que o benefício não pode substituir nem complementar o salário dos funcionários. Afinal, trata-se de um tipo de bonificação, ou seja, uma variável não obrigatória.

Justiça condena Hang e lojas Havan a pagarem R\$ 85 milhões por assédio eleitoral



O empresário Luciano Hang e as lojas Havan de sua propriedade foram condenados pelo juiz Carlos Alberto Pereira de Castro, da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis (SC), a pagar mais de R\$ 85 milhões por intimidar seus empregados a votarem em Jair Bolsonaro (PL), na eleição de 2018 em que disputava a presidência contra Fernando Haddad (PT), revela o jornalista Leonardo Sakamoto. A Justiça do Trabalho calculou o valor a ser pago como multa e indenização da seguinte forma: - R\$ 500 mil para cada loja da Havan existente na

época por descumprimento de cautelar que impedia o assédio eleitoral; danos morais coletivos de R\$ 1 milhão (a ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de SC); dano moral individual de R\$ 1 mil para cada empregado contratado até outubro de 2018 e; juros e correção monetária.

Para a Justiça, Hang utilizou métodos humilhantes, vexatórios e, até mesmo, de 'pesquisas eleitorais' obrigatórias sem qualquer respaldo em lei", ao ameaçar os trabalhadores para que votassem em Bolsonaro. Segundo o juiz do Trabalho, o empresário Luciano Hang promoveu os seguintes atos de assédio eleitoral: ameaçar fechar as lojas Havan e dispensar empregados caso Fernando Haddad (PT), ganhasse a eleição.; constranger os trabalhadores ao obrigá-los a responder pesquisas internas em seus terminais de computadores, informando em quem votariam. A decisão determina que a sentença seja cumprida dez dias após esgotados todos os recursos. E obriga Havan e Hang a não repetirem a se absterem de tentar influenciar o voto de seus funcionários. A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Cabe recurso.



Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Justiça acata recurso responsabilizando sócios da Americanas por pagamento de dívidas trabalhistas



O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região acatou o recurso dos trabalhadores representados pelo escritório LBS Advogadas e Advogados para determinar a abertura de procedimento para desconsiderar a personalidade jurídica das Lojas Americanas e responsabilizar o patrimônio pessoal dos três controladores do grupo, Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Herrmann Telles. O recurso refere-se à ação civil pública movida em janeiro de 2023, que havia sido negada na época. A medida foi tomada em razão da apresentação de um pedido de recuperação judicial, apontando dívida superior a R\$ 43 bilhões e devido ao risco iminente de insolvência. Com a ameaça do descumprimento dos direitos de trabalhadores, a ação civil pública buscou garantir que o patrimônio pessoal dos acionistas de referência Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles possa ser executado independentemente do processamento da recuperação judicial.

Além da defesa do emprego e dos direitos dos mais de 35 mil empregados do Grupo Americanas, espalhados em mais de 1.700 lojas, a ação busca garantir que aquelas pessoas que lutam na Justiça do Trabalho para conseguir receber seus direitos não se prejudiquem com o processo de recuperação judicial ou com eventual falência. A ação foi ajuizada pelas entidades Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical; Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Motta é reeleito presidente da CNTC com 95% dos votos válidos



Luiz Carlos Motta foi reeleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em eleição realizada na sede da entidade em Brasília, na terça-feira, 16. Apurados os votos, constatou-se que a chapa única obteve expressiva votação com 95% dos votos válidos. O mandato é de quatro anos, ou seja, de 28 de fevereiro de 2024 a 28 de fevereiro de 2028.

Motta: "Será um segundo mandato ainda mais realizador. Seguiremos fiéis ao nosso lema 'Reorganizar para fortalecer'. Juntos, conquistamos mais!". A DIRETORIA: Presidente: Luiz

Carlos Motta; 1º Vice-Presidente: Eduardo Genner S. Amorim; 2º Vice-Presidente: Guiomar Vidor; Diretor Secretário Geral: Lourival Figueiredo Melo; Diretor 1º Secretário: Luiz de Souza Arraes; Diretor Tesoureiro Geral: Levi Fernandes Pinto; Diretor 1º Tesoureiro: Marcia Regina R. Caldas Fernandes; Diretor de Assuntos Legislativos: José Ribamar Rodrigues Filho; Diretor de Relações Internacionais: Ronaldo Nascimento

Diretor de Formação Sindical: Leocides Fornazza; Diretor de Assuntos Jurídicos: Francisco Soares de Souza; Diretor de Previdência e Segurança Social: Leonardo Luiz Freitas; Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos: Ronildo Torres Almeida; Diretor de Políticas para Mulheres: Maria Bernadete Lira Lieuthier; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Hildemar de Jesus Nina; Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude: Márcio Luiz Fatel; Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho: Alessandro Jair dos Reis; Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Saulo Silva

Diretor de Imprensa e Comunicação Social: Ivan Duarte; Diretor de Políticas de Qualificação Profissional: Severino Ramos Santana; Diretor de Políticas Econômicas: Valter Adalberto. CONSELHO FISCAL: Jair Mafra; Helena Ribeiro da Silva; José Alves Paixão.

DF tem maior incidência de dengue do país; enfermeiros criticam 'medidas paliativas'

O Distrito Federal enfrenta grave crise de saúde devido ao aumento alarmante do número de casos de dengue. A incidência da doença no ente federativo é nove vezes maior que a nacional, segundo dados do Ministério da Saúde. A situação coloca hospitais, unidades e profissionais de saúde sob pressão e levanta questionamentos sobre a demora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) em convocar servidores aprovados em concursos. Segundo dados da Secretaria, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, há atualmente um déficit de 1.460 enfermeiros na rede pública de saúde. A falta de pessoal sobrecarrega os profissionais em atuação e, aliada à explosão de casos da dengue, faz com que os usuários se queixem do atendimento e da superlotação das unidades de saúde.

Segundo o Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde o DF tem 1.108 infecções por dengue cada 100 mil habitantes. O número é mais de três vezes maior que a de Minas Gerais, com 384, que está em segundo lugar no ranking e também decretou situação de emergência na saúde em razão da doença. A incidência nacional é de 120. Além disso, houve um crescimento de 1.032% nos casos de dengue no DF em comparação a janeiro do ano passado, quando foram registrados 2.691. No mesmo mês de 2024, foram computados 30.305 casos prováveis, segundo Boletim Epidemiológico divulgado pela SES-DF. O Painel do MS também aponta que neste ano, até agora, houve 24 mortes pela infecção confirmadas no Brasil, sete delas no DF, onde outros 23 óbitos suspeitos são investigados. Segundo o Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF), a situação demonstra a falta de planejamento do Governo do Distrito Federal (GDF) em relação à saúde, já que a possibilidade de uma epidemia de dengue já foi levantada pelo MS em 2024.

Em nova leva de denúncias, PGR pode pedir 30 anos de prisão para Bolsonaro

Um pedido de prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deve aparecer na próxima rodada de denúncias sobre a tentativa de golpe do 8 de janeiro do ano passado. Espera-se que, com o fim do recesso judiciário, as próximas denúncias da Procuradoria-Geral da União (PGR) tenham como alvo os responsáveis intelectuais e os financiadores do 8 de janeiro. É aí que o ex-presidente Jair Bolsonaro. Isso porque ele está entre os investigados nos inquéritos do STF sobre os atos antidemocráticos. Nesse sentido, a expectativa é que ele esteja na lista dos autores intelectuais destacada pela PGR. No final do ano passado já sob comando de Paulo Gonet, a PGR apresentou a primeira denúncia contra um dos financiadores dos atos golpistas. O primeiro denunciado é um morador de Londrina (PR), que teria financiado quatro ônibus para levar os golpistas até Brasília.

Ele deve responder por associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima, além de deterioração de patrimônio tombado. Somadas as penas máximas passam de 30 anos de reclusão. Os crimes imputados a ele devem servir de exemplo para as próximas denúncias. Além do envolvimento no 8 de janeiro, Bolsonaro também deve virar alvo nas investigações que apuram esquema de espionagem ilegal na Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Governo aumenta limite de isenção do IR em 2 salários mínimos



O governo federal anunciou o aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para dois salários mínimos. É o segundo aumento na isenção desde o início deste governo. O teto de isenção, que estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015, subiu em maio de 2023 para R\$ 2.640,00 e agora vai para R\$ 2.824,00. “A falta de atualização da tabela, ao longo de tantos anos, fez com que os brasileiros pagassem cada vez mais Imposto de Renda, retirando dinheiro das famílias”, afirmou o Ministério da Fazenda.

Conforme explicou a pasta, o contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824,00 mensais será beneficiado com a isenção porque, dessa renda, subtrai-se o desconto simplificado, de R\$ 564,80, resultando em uma base cálculo mensal de R\$ 2.259,20, ou seja, exatamente o limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela. A Medida Provisória nº 1.206/24, com a alteração, foi encaminhada ao Congresso Nacional nesta terça-feira. A MP, no entanto, já está publicada no Diário Oficial e, portanto, já está valendo. No entanto, precisa ser ratificada pelo Congresso Nacional em até 120 dias.

Diretor da OMS diz a Lula que o Brasil pode fornecer a vacina contra a dengue



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, conversaram em reunião no Palácio do Planalto, sobre parcerias para a eliminação de doenças e produção de vacinas brasileiras contra a dengue. A presidência brasileira do G20, que criou um grupo de trabalho de saúde, também foi assunto do encontro. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, participou da reunião. De acordo com informações do Palácio do Planalto, que não deu detalhes sobre as iniciativas em curso, Adhanom afirmou que o Brasil pode ser um fornecedor do imunizante contra a dengue por meio do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atualmente, a única vacina disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), incorporada no ano passado, é a Qdenga, produzida pelo laboratório japonês Takeda. Tedros Adhanom também afirmou, segundo o governo, que a OMS pretende dar todo o apoio possível ao Brasil na eliminação de doenças como a tuberculose, a hanseníase, a doença de Chagas e doenças transmitidas de mãe para filho, como o HIV. Todas elas são exemplos das chamadas doenças determinadas socialmente.

Tedros Adhanom e o presidente Lula ainda conversaram sobre a presidência do G20, que conta com um grupo de trabalho de saúde. Também falaram sobre a conclusão dos trabalhos do Órgão de Negociação Intergovernamental na elaboração e negociação de instrumento internacional para prevenção, preparo e resposta a pandemias. Nesse órgão, o Brasil atua como representante das Américas no grupo responsável pela coordenação dos trabalhos. Em nota, o Palácio do Planalto destacou que o diretor-geral da OMS agradeceu o apoio de Lula e pediu que o G20 possa pautar a discussão sobre o financiamento da saúde. Lula ressaltou que considera necessário haver uma melhor política tributária, que possa ampliar o financiamento do setor.

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

Vale-Alimentação é responsável por 52,7% na compra de cesta básica no Brasil, segundo pesquisa



Segundo os dados divulgados pelo IBGE, no mês de dezembro, o grupo alimentação e bebidas registrou uma inflação mensal mais alta nos dois índices (+1,11% no IPCA; e +1,20% no INPC), impulsionada pelos preços do subgrupo alimentação em domicílio (+1,34%, no IPCA; +1,39, no INPC). Diante o cenário, o uso do vale-alimentação contribuiu em 52,7% na compra de cestas básicas pelos brasileiros, segundo pesquisa da empresa de benefícios Alelo e da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Comparando com o desempenho com o ano de 2022, esse crescimento corresponde a 4,3%. Aliás, o uso do produto impacta 13,6% na renda de trabalhadores do setor privado, com carteira assinada no período, que foi de R\$ 2.841 em média, geralmente vinculados aos setores de construção (R \$456,1) e serviços (R \$410,2).

Já os trabalhadores que utilizam o Vale-Refeição (VR), conseguiram fazer 10

refeições no mês de dezembro, sendo refeição por dia útil, durante duas semanas. O benefício teve durabilidade de 22 dias corridos, conforme o valor debitado. Quanto ao benefício de refeição, o valor mensal recebido (R \$474,9) equivale a 16,7% do rendimento médio mensal desses trabalhadores, o que corresponde a um recuo de 1,0% em relação a dezembro de 2022. Os profissionais que mais aderem ao VR, estão ligados aos setores de agropecuária (R \$ 544,1) e indústria (R \$ 512,6). Os brasileiros que receberam ambos benefícios (VA e VR), a soma dos valores médios em dezembro (R \$ 861,6) equivale a um acréscimo de 30,3% à renda média recebida no período de R \$ 2.841.

Tribunal responsabiliza banco BMG por assédio a trabalhadoras terceirizadas grávidas



O banco BMG foi condenado, por responsabilidade subsidiária, pelo assédio praticado por uma empresa terceirizada a trabalhadoras grávidas em Pouso Alegre (MG). A decisão, unânime, é da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a responsabilidade do banco “pela discriminação e violência psicológica”. O colegiado lembra que, ao reconhecer como lícita qualquer

modalidade de terceirização, o Supremo Tribunal Federal (STF) não excluiu a responsabilidade da empresa contratante. No caso, o BMG havia contratado serviços da Idealcred Promotora de Cadastros e Publicidade. Assim, se essa empresa não pagar a indenização por dano moral coletivo, o banco deverá arcar com a despesa. Segundo a Vara do Trabalho de Pouso Alegre, as funcionárias dessas empresas “eram punidas e assediadas moralmente por engravidarem”. Assim, conforme depoimentos no processo, elas eram ameaçadas de transferência para a central de telemarketing, onde as comissões eram menores. “Além de serem, de fato, transferidas, elas passaram a ser tratadas de forma mais ríspida por uma sócia da Idealcred, que não deixava que se alimentassem fora do intervalo de almoço e questionava as idas ao banheiro, batendo na porta com frequência. Uma testemunha relatou que a empresária chegou a dizer a uma das gestantes que “ela ficaria feia, com o corpo deformado e o 'peito caído’”, relata o TST.

Dessa forma, o MPT defendeu indenização por dano moral coletivo. E ressaltava que “a violência psicológica para forçar as gestantes a desistirem do emprego não prejudica apenas as pessoas diretamente envolvidas, mas também as que desejarem engravidar”. Com isso, em 2016 a Justiça de primeira instância considerou que, de fato, as empresas haviam causado prejuízos a toda a sociedade, porque essa conduta de ameaças inibiria o planejamento de outras mulheres. Por isso, a Vara do Trabalho condenou as empresas a pagar R\$ 30 mil por danos morais coletivos e também considerou ilícita a terceirização. A decisão foi mantida na segunda instância (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região). Já a Segunda Turma do TST reconheceu a licitude da terceirização, com base no entendimento do STF, mas manteve a condenação dos tomadores de serviço.

Carrefour tem prejuízo de R\$ 565 milhões e quer fechar 123 lojas

O Carrefour Brasil registrou prejuízo líquido de R\$ 565 milhões no quarto trimestre de 2023. O resultado representa uma queda expressiva em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o grupo varejista obteve um lucro líquido de R\$ 426 milhões. Entre janeiro e dezembro, as perdas somaram R\$ 795 milhões, ante ganhos de R\$ 1,73 bilhão em 2022. Os dados fazem parte do balanço divulgado pela empresa. De acordo com a companhia, os números foram influenciados pelos custos, impactos contábeis e despesas que vieram do fechamento de lojas físicas. E esse processo vai continuar em 2024.

No balanço, o Carrefour informou que venderá ou fechará lojas estruturalmente não rentáveis, totalizando 123 estabelecimentos. Ao todo, são 16 hipermercados, 94 lojas da marca TodoDia e 13 da Nacional e Bom Preço. No quarto trimestre do ano passado, já foram fechados 11 supermercados e, ao final de janeiro de 2024, outros 93 pontos de venda, sendo 16 hipermercados e 77 supermercados terão o mesmo destino. Outras 19 lojas deverão ser fechadas definitivamente até o segundo trimestre de 2024, diz o comunicado divulgado pela companhia.

STF começa a julgar vínculo entre motoristas de aplicativo e as plataformas



Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começam a julgar se há vínculo de emprego entre motoristas de aplicativo e as plataformas que prestam serviços. Os ministros julgam se recurso especial apresentado pela Uber contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reconheceu o direito à carteira assinada do prestador de serviços tem repercussão geral ou não. A análise no STF ocorre em plenário virtual, onde não há debates. Relator do caso, o ministro Édson Fachin, votou a favor da repercussão geral.

Se a maioria dos ministros seguir a posição de Fachin, todas as ações do tipo no país deverão seguir o mesmo entendimento. Mas, antes, o STF vai analisar qual o tipo de relação de trabalho entre profissionais e aplicativos. Com a definição, a Corte elaborará uma espécie de guia para

orientar disputas de casos semelhantes que tramitam em instâncias inferiores. Ainda caso a repercussão geral sobre o tema seja aceita, o STF marcará uma data para discutir o mérito do processo. Para tal, o relator do caso pode, por exemplo, realizar audiências públicas, ouvir interessados e suspender processos com tema semelhante em todo o país.

Flávio Dino apresentará proposta para demissão sem salário para juízes e militares que cometerem crimes



A dois dias de apresentar renúncia para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Flávio Dino (PSB-MA) anunciou que vai buscar apoio de parlamentares para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina a exclusão do serviço público de juízes, promotores ou militares que cometerem delitos graves. A ideia é cortar qualquer remuneração de servidores condenados. Em postagem em rede Dino disse que pretende eliminar as aposentadorias compulsórias ou o benefício da "pensão por morte ficta ou presumida" (concedida a militares excluídos ou expulsos da caserna).

"Não há razão para essa desigualdade de tratamento em relação aos demais servidores públicos que, por exemplo, praticam crimes como corrupção ou de gravidade similar", apontou o senador. A proposta de Dino recebeu manifestações públicas de apoio de senadores como Weverton Rocha (PDT-MA) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que integram a base de apoio do Governo. Para que uma PEC possa transitar no Congresso ela precisa do apoio formal de um terço dos Senadores (27, de um total de 81).

Eleito em 2022, Flávio Dino não chegou a ocupar de maneira efetiva a cadeira no Senado já que foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) logo no início do mandato. Apontado também por Lula para o STF, Dino abriu mão do cargo que ocupava para passar alguns dias como senador:

Máquinas chinesas para agricultura familiar podem ser fabricadas no Brasil ainda este ano

Técnicos e professores universitários chineses participaram de encontro no Rio Grande do Norte para avaliar que adaptações são necessárias de uso de máquinas agrícolas fabricadas naquele país, em solo brasileiro. O encontro iniciou uma nova fase da parceria entre o governo brasileiro, o chinês, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o próprio estado potiguar. Selado ainda em 2022, o acordo visa conceder maquinário e tecnologia do país asiático para a agricultura familiar do Brasil. Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, esse encontro inaugurará um programa de validação de máquinas para agricultores familiares. As máquinas não vão ser postas na prática ainda, pois necessitam receber a validade no Brasil e se funcionam na região, devido ao clima, geografia. Como as máquinas foram fabricadas e desenvolvidas para a China, precisam ser adaptada ao Brasil.

A previsão é que comecem a ser produzidas ainda em 2024. O projeto conta com financiamento do programa Mais Alimentos, retomado pelo governo federal em junho do ano passado. Um dos objetivos da iniciativa é acelerar o processo de mecanização da agricultura familiar. O programa prevê concessão de linhas de crédito diferenciadas e assistência técnica com foco em práticas de produção sustentável e uso adequado de máquinas e implementos. Desde o final do ano passado, algumas unidades de equipamento chinês chegam ao Nordeste. No município potiguar de Apodi, foi instalada a Unidade Demonstrativa Brasil-China de Máquinas Agrícolas, que servirá para testar e estudar o uso do maquinário em solo nordestino.